SINOPSE²

Os primeiros meses do ano de 2020 foram marcados pelo surgimento e agravamento da pandemia do novo coronavírus. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, no trimestre terminado em maio de 2020, a população ocupada (PO) no país diminui 7 milhões em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, e os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram, no acumulado de 2020, um saldo negativo de mais de 1,1 milhão de empregos formais.

Esse comportamento é ditado sobretudo pelos resultados registrados a partir de março, quando é declarado o quadro de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Devido à rápida evolução da pandemia e suas consequências, basearemos nossa análise em dados mensais.

A primeira seção é um panorama da situação do mercado de trabalho desde o início da pandemia. Os dados do Caged mostram uma forte queda do emprego formal a partir de março, causado principalmente por uma queda nas admissões. A análise também usa dados inéditos organizados por Marcos Hecksher,³ que desagregou os dados da PNAD Contínua em meses, permitindo um diagnóstico mais amplo dos efeitos da pandemia ao incorporar também informações do setor informal. Esses dados mostram uma forte queda no nível de ocupação, que alcança patamares abaixo de 50% em abril, um valor mínimo inédito.

A segunda seção analisa a evolução do emprego no nível setorial até o mês de maio de 2020. Para tanto, lança mão dos registros administrativos de admissões e desligamentos do Caged, dos pedidos do seguro-desemprego e das informações sobre abertura de empresas disponíveis para o estado de São Paulo, fontes que são restritas ao setor formal, e da PNAD Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para incorporar o segmento informal da economia.

As informações sobre o setor formal indicam uma forte retração no nível do emprego em que a queda das taxas de admissões dita o ritmo. Os setores de comércio, construção e alimentação e alojamento são os mais afetados nesse universo, tanto de acordo com os dados do Caged como do seguro-desemprego e da abertura de empresas. Já a PNAD Contínua, além de reforçar essas constatações, revela as atribulações da categoria de serviços domésticos, marcado por vínculos informais.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt69/mercadodetrabalho>

2. O texto dessa seção mescla três *posts* disponíveis na seção de mercado de trabalho do blog da Carta de conjuntura do Ipea (Disponível em: <<https://bit.ly/3gYRehz>>). São eles: i) *Estimativas mensais não oficiais baseadas na PNAD Contínua*; ii) *Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD Covid-19*; e iii) *A evolução do emprego setorial em 2020: quão heterogêneo foi o tombo entre os setores?*

3. Método descrito em: Hecksher (2020).

A terceira seção usa a nova base disponibilizada pelo IBGE, a PNAD Covid-19, para medir os efeitos da pandemia nos rendimentos. Usando a diferença conceitual entre rendimentos efetivos e habituais, estima-se uma perda de 20% no rendimento do trabalho no período. Além disso a seção faz uma primeira análise do impacto do auxílio emergencial sobre o rendimento domiciliar.

1 ASPECTOS GERAIS

Ao longo do ano de 2019, o emprego formal brasileiro estava em recuperação, em dez dos doze meses deste ano, e, nos dois primeiros meses de 2020, o Caged apresentou saldos positivos. O gráfico 1 mostra como, a partir de março, a situação se inverte, e, em abril, admissões caem para pouco mais de 600 mil, em comparação com 1,3 milhão em 2019, e se mantém em um nível baixo, em torno de 700 mil admitidos. Os desligamentos aumentam após março, apesar de seu crescimento não ser tão grande quanto a queda nas contratações. Desligamentos de março a maio de 2020 são 1,6 milhão, 1,5 milhão e 1 milhão respectivamente, em comparação com 1,3 milhão, 1,2 milhão e 1,3 milhão nos mesmos meses de 2019.

GRÁFICO 1
Admitidos e desligados – Caged (2018-2020)
(Em milhões)

Fonte: Caged – Secretaria do Trabalho.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Como resultado das movimentações reportadas no gráfico 1, o saldo estimado pelo Caged, em abril de 2020, foi de 900 mil empregos a menos do que em 2019, desacelerando, em maio, para uma queda de 300 mil. Essa desaceleração se dá principalmente por uma queda nas demissões, enquanto as admissões continuam em um nível muito baixo.

GRÁFICO 2
Saldo de empregos formais – Caged (2019-2020)
 (Em milhões)

Fonte: Caged – Secretaria do trabalho.
 Elaboração: Disoc/Ipea.

Estendendo o estudo para além do mercado formal, a análise dos dados dos trimestres móveis da PNAD Contínua mostra que, no trimestre terminado em maio, a taxa de desemprego não variou na comparação interanual. Entretanto, o gráfico 3 mostra que esse indicador esconde a queda histórica na taxa de participação no país, a porcentagem de brasileiros em idade ativa no mercado de trabalho caiu de 62% para 56% na comparação interanual do último trimestre móvel. O nível de ocupação, que é definido pela proporção de pessoas ocupadas sobre o total de pessoas em idade ativa, caiu para menos da metade pela primeira vez nessa série histórica.

Apesar de serem os dados mais atuais disponibilizados pelo IBGE, os trimestres móveis da PNAD Contínua podem, por sua construção, diluir os efeitos mais imediatos da pandemia. No caso dos empregados com carteira que aparecem no Caged, muitas empresas que fecharam ou hibernaram podem ter deixado de informar suas demissões pelo e-Social. Assim, até o final desta seção, serão usados os dados da PNAD Contínua estimados por mês e por quinzena.⁴

Vale ressaltar que as estimativas por mês e por quinzena são menos precisas que as oficiais do IBGE, embora o erro seja limitado por seu ajuste aos dados por trimestre móvel. Cada trimestre da PNAD Contínua tem aproximadamente 560 mil observações. Para cada mês identificado pelo método de desagregação, foram encontradas, em média, 75 mil observações (40% das observações mensais); e, para cada quinzena, 5 mil (5% das observações quinzenais). A média de observações identificadas por quinzena é uma pequena fração da amostra, mas ainda é mais que o dobro de uma pesquisa eleitoral-padrão. Outra ressalva é que, nas estimativas aqui apresentadas, os efeitos da pandemia se misturam aos da mudança de pesquisa presencial para telefônica, mas o questionário ainda é o mesmo.

4. Método descrito em Hecksher (2020).

GRÁFICO 3

Taxa de participação, nível de ocupação e taxa de desemprego no trimestre móvel terminado em maio (2012-2020)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/2XeaWP2>>. Acesso em: 6 jul. 2020.

O gráfico 4 confirma que as estimativas quinzenais são muito mais erráticas do que as mensais, e estas já são mais voláteis do que as estimativas oficiais do IBGE por trimestre móvel. Contudo, fica claro também que a queda da ocupação estimada entre a primeira e a segunda quinzena de março, aprofundada no mês de abril, não tem precedentes na série da pesquisa, iniciada em 2012. O último dado divulgado pelo IBGE, referente ao trimestre móvel março-abril-maio de 2020, ainda mostra um nível de ocupação igual a 49,5%, mas essa média móvel inclui o início de março, antes da adoção de medidas de distanciamento social no Brasil.

A desagregação temporal indica que essa média resulta de taxas muito díspares. Com os microdados disponíveis até o fim do primeiro trimestre, foi possível estimar o nível de ocupação nas duas quinzenas de março, indicando uma queda de 55,3% para 48,8%. A diferença corresponde a 6,4% da população em idade de trabalhar que, em termos líquidos, teriam deixado de trabalhar entre as duas quinzenas. Para os meses de abril e maio, ainda não há microdados disponíveis, mas o dado de trimestre móvel permite estimar que o nível de ocupação tenha caído ainda mais, chegando a 48,5% em abril e a 48,1% em maio. Sobre a pandemia, menos da metade das pessoas com 14 anos ou mais passou a trabalhar e menos da metade das mulheres nessa faixa etária participou da força de trabalho, mesmo que procurando emprego, algo que não ocorria há mais de três décadas.

A tabela 1 mostra que a taxa de desocupação estimada subiu de 11,8% para 12,8% entre fevereiro e maio de 2020. Essa taxa não subiu mais porque o percentual de desocupados na população de 14 anos ou mais (nível de desocupação) até oscilou para baixo (de 7,3% para 7,1%) entre fevereiro e maio. O percentual da população em idade de trabalhar que saiu da força de trabalho (6,5%), sem procurar emprego, é até ligeiramente superior àquele que deixou de trabalhar (6,3%).

TABELA 1
Taxas mensais estimadas e variação acumulada (fev.-maio/2020)

	Taxa de participação	Nível de ocupação	Nível de desocupação	Taxa de desocupação
Fevereiro (%)	61,7	54,4	7,3	11,8
Março (%)	59,5	51,9	7,6	12,8
Abril (%)	55,8	48,5	7,3	13,1
Maio (%)	55,2	48,1	7,1	12,8
Variação fev.-maio 2020 (pontos percentuais)	-6,5	-6,3	-0,2	1,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

As estimativas mensais de números absolutos, por sua vez, oscilam também junto com a estimativa da população em idade de trabalhar, que varia mais por erro amostral da pesquisa e do método de desagregação do que pela tendência demográfica. Entre fevereiro e maio, por exemplo, estimou-se um acréscimo de 1,9 milhão de pessoas à população em idade de trabalhar, embora o esperado fosse uma expansão em torno de 400 mil.

Com isso, como mostra o gráfico 5, as estimativas absolutas incluem um aumento de 12,1 milhões na população fora da força de trabalho, uma diminuição de 0,3 milhão na população desocupada e uma queda de 9,9 milhões da PO, com o saldo sendo acomodado pelo mencionado acréscimo de 1,9 milhão na população em idade de trabalhar. Com um ajuste à demografia da população de 14 anos ou mais, é possível encontrar uma queda absoluta da ocupação ainda maior que 9,9 milhões. O fundamental, entretanto, é observar que a queda teve uma magnitude inédita e ainda não totalmente explicitada nas estatísticas oficiais.

GRÁFICO 5

Variações absolutas estimadas entre fevereiro e maio (2020)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração dos autores.

O gráfico 5 mostra também estimativas de aumento da população desalentada (+1,2 milhão), queda dos ocupados com contribuição previdenciária (-3,3 milhões) e fortes quedas da massa de rendimentos. O valor estimado para a massa de rendimentos mensais habitualmente recebidos caiu R\$ 13,7 bilhões entre fevereiro e abril, enquanto a queda dos rendimentos efetivamente recebidos foi muito maior, de R\$ 37 bilhões.

As variações percentuais das mesmas grandezas são apresentadas no gráfico 6. Chamam a atenção, sobretudo, os saltos de 18,4%, na população fora da força, e de 24,4%, na desalentada, além da queda abrupta de 16,5% da massa real de rendimentos efetivamente recebidos. Vale ressaltar, mais uma vez, que o crescimento da população em idade de trabalhar estimada, de 1,1%, supera em muito a tendência demográfica (em torno de 0,3%), o que pode afetar as demais taxas de variação apresentadas.

GRÁFICO 6

Variações percentuais estimadas entre fevereiro e maio (2020)

(Em %)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração dos autores.

A citada queda de 9,9 milhões da PO é decomposta no gráfico 7 entre posições na ocupação. A primeira ressalva a ser feita é que, quanto maior a desagregação, maior o erro esperado em termos percentuais. Assim, os erros amostrais da pesquisa, somados aos do método de desagregação, devem explicar a maior parte da forte expansão estimada de vagas no setor público, apenas parcialmente atribuível às contratações realizadas na área de saúde para o combate à Covid-19. Por outro lado, a queda de 3,3 milhões de empregados do setor privado com carteira pode servir como estimativa complementar ao saldo negativo de 1,5 milhão de empregos registrado pelo Caged, que se espera ter subestimado as demissões de empresas atingidas pela pandemia.

GRÁFICO 7

Variações absolutas estimadas entre fevereiro e maio, por posição na ocupação (2020)
(Em milhões)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração dos autores.

Desagregações por sexo, idade, cor/raça e escolaridade, não incluídas nas divulgações mensais do IBGE para trimestres móveis, só podem ser obtidas a partir dos microdados, cujas informações atualmente disponíveis vão até o primeiro trimestre de 2020. Em relação a essas dimensões, optou-se aqui por apresentar estimativas relativas à segunda quinzena de março, a parte do primeiro trimestre mais claramente afetada pela pandemia.

O gráfico 8 mostra quanto a taxa de participação no mercado de trabalho caiu, em pontos percentuais (p.p.), no conjunto da população brasileira em idade de trabalhar e em alguns grupos com remuneração média menor que as de seus complementos. São apresentadas as variações estimadas em relação à primeira quinzena de março e em relação à média das segundas quinzenas de março dos três anos anteriores (2017, 2018 e 2019).

Em que pese a volatilidade das estimativas quinzenais, a queda estimada de 10,8 p.p. da taxa de participação entre a primeira e a segunda quinzena de março indica uma variação brutal em curtíssimo prazo. Uma em cada dez pessoas com 14 anos ou mais teria saído do mercado, em termos líquidos, em um intervalo menor que um mês. As perdas imediatas da força de trabalho teriam sido maiores ainda entre as mulheres (16,4%) e as pessoas com menos do que o ensino médio completo (15,8%). Esses dois grupos também apresentaram perdas mais intensas que a média geral em relação às suas médias de 2017-2019.

GRÁFICO 8

Quedas da taxa de participação na segunda quinzena de março (2020)

(Em perdas em p.p.)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração dos autores.

A comparação com a média geral do país é mais ambígua no caso dos jovens de 14 a 29 anos e das pessoas declaradas de cor/raça preta, parda ou indígena. Os jovens tiveram perda estimada mais intensa que a média geral na comparação com a quinzena anterior, porém menos intensa na comparação com quinzenas análogas dos anos anteriores. O oposto ocorre no caso de pretos, pardos e indígenas.

Comparando a segunda quinzena de março de 2020 à média de iguais períodos nos três anos anteriores, estimou-se que aproximadamente 12 milhões de pessoas tenham deixado a força de trabalho, sendo 7 milhões de mulheres e 5 milhões de homens. Na segunda quinzena de março de 2020, com 14 anos ou mais, seriam cerca de 53 milhões de homens na força de trabalho e 28 milhões de homens fora dela. Ao mesmo tempo, seriam cerca de 39 milhões de mulheres na força de trabalho e 48 milhões de mulheres fora da força.

Se a taxa de participação feminina tivesse mantido a média dos três anos anteriores para as segundas quinzenas de março, o esperado seria haver aproximadamente 46 milhões de mulheres na força de trabalho e 41 milhões de mulheres fora da força. Ou seja, nos últimos três anos, a maioria das mulheres estava na força de trabalho. Entretanto, na segunda quinzena de março de 2020, é possível estimar que a maioria delas tenha ficado fora da força, sem trabalhar nem procurar trabalho, o que não ocorria há pelo menos três décadas.

2 EMPREGO SETORIAL

Na seção anterior, nos primeiros meses do ano de 2020, é registrada forte queda no emprego quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esta seção busca verificar eventuais respostas heterogêneas à pandemia na dimensão setorial.

A abordagem prioriza a diferenciação entre as distintas margens do ajuste do emprego. As admissões, os desligamentos e o respectivo crescimento líquido do emprego setorial serão analisados separadamente. Vale dizer que, em tempos de choques negativos no mercado de trabalho, as análises da evolução do emprego frequentemente priorizam os desligamentos em detrimento das admissões. Essa seção propõe uma inversão de valores por dois motivos: *i*) há evidências para o Brasil de que a movimentação cíclica do emprego formal é ditada pelas contratações;⁵ e *ii*) conforme será detalhado mais adiante, as informações disponíveis para os desligamentos ocorridos em 2020 estão sujeitas a limitações que tendem a comprometer sua qualidade.

Dados oriundos de diferentes fontes foram sistematizados para que mostrassem aspectos complementares do ajuste do emprego. Esses dados incluem as movimentações de vínculos formais e o respectivo saldo do Caged, elaborado pela Secretaria do Trabalho, do Ministério da Economia, e disponibilizado até o mês de maio. Os dados do Caged para maio de 2020, no entanto, diferem de outros meses utilizados nessa análise por não incorporarem informações de movimentações de trabalhadores enviadas pelas empresas fora do prazo regulamentar. O mesmo órgão também disponibilizou informações de requerimentos do seguro-desemprego até maio, que, portanto, podem complementar as informações dos desligamentos. Da mesma forma, as admissões podem ser complementadas com dados de aberturas de empresas em São Paulo, extraídos do *Diário oficial do estado de São Paulo*, da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) e organizados por Samy e Filomeno (Castro e Rocha, 2020), disponibilizados aos autores deste texto com sua permissão. Como essas fontes restringem nossa análise ao setor formal, completaremos a análise com as informações do saldo do emprego a partir dos microdados da PNAD Contínua do IBGE, que inclui informações também sobre vínculos informais no mercado de trabalho, desagregados por mês, elaborados por Hecksher (2020) e compartilhados com os autores deste texto com sua permissão.

2.1 Admissões

O Caged permite a desagregação das admissões de trabalhadores com carteira assinada por setores de atividade ao longo dos meses de interesse. Os dados destacados nesta seção são agrupados em nove grupos setoriais (os dados desagregados pelas seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0 são reportados no apêndice A). O indicador que usamos é uma taxa de admissão, que indica o crescimento do emprego (formal) no respectivo setor que seria observado caso a única margem de ajuste do emprego no mês de referência (*t*) fosse a admissão. Para ser mais preciso, essa taxa de admissão pode ser descrita pela seguinte expressão.

5. Ver Zylberstajn e Souza (2015).

$$TA_{s,t} = \frac{(E_{s,t-1} + A_{s,t})}{E_{s,t-1}}. \quad (1)$$

Em que $TA_{s,t}$ denota o total de admissões registrado no setor s e no mês t , enquanto $E_{s,t-1}$ representa o estoque de ocupados no setor s no mês anterior ($t - 1$).⁶ Esse indicador foi computado para cada setor e cada mês no período entre janeiro de 2019 e abril de 2020. Dada a limitação de espaço, o gráfico 9 apresenta esse indicador para os meses de março a maio de 2019 e 2020. As informações foram organizadas para cada um dos nove setores mencionados, priorizando comparações interanuais, de forma a expurgar efeitos sazonais.

O fato mais relevante que aparece no gráfico é a acentuada diferença nas comparações interanuais dos meses de março *vis-à-vis* as de abril e maio, conforme pode ser facilmente visualizado, contrastando as comparações das barras azuis, verdes e vermelhas. As taxas de admissões em março de 2020 (colunas azuis) aparecem como maiores do que as registradas em março de 2019 para a maioria dos setores. As exceções ficam por conta da agricultura e dos serviços de alojamento e alimentação. Já a partir de abril, os impactos da pandemia são mais nítidos, com grandes quedas nas taxas de admissões entre 2019 e 2020 em todos os setores. Os setores da indústria e construção exemplificam bem esse padrão. No caso do primeiro setor, as admissões seriam responsáveis por um aumento de 2,93% no emprego de março de 2019 e de 3,20% em março de 2020, revelando um crescimento nas taxas de admissão interanuais. A partir daí, o padrão muda drasticamente, passando de um crescimento de 3,18%, em 2019, para apenas 1,33%, em 2020 em abril, e de 2,87% para 1,45% em maio. Já no setor de construção, a taxa de admissão, que não foi afetada em março, sofre uma queda em torno de 4 p.p. entre abril de 2019 e 2020. Por fim, vale destacar queda semelhante registrada no setor de serviços de alojamento e alimentação, cujas admissões, em março de 2020, cresceram 4,19%, já abaixo de 2019, e apenas 0,74% e 0,88% em abril e maio de 2020.

Enfim, quase todos os setores registram taxas de admissões em abril e maio de 2020 bastante inferiores – em geral, menos da metade – às de 2019. Isso apenas não ocorre em ambos os períodos para os setores da agricultura, de serviços para empresas (informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas) e da administração pública. Vale dizer que esses dois últimos setores podem mais facilmente seguir suas atividades respeitando as demandas de maior distanciamento social.

6. Dada a ausência de informação do estoque de emprego pelo Caged, estimamos essa variável tomando como base a população com carteira de trabalho do setor privado na PNAD Contínua no quarto trimestre de 2018. Sobre esse valor, adicionamos, sucessivamente, os saldos do Caged até o mês de referência para o cômputo do indicador ($t - 1$).

GRÁFICO 9

Taxas de admissões de março a maio, normalizadas usando a PNAD Contínua – Caged (2019-2020)

Fontes: Caged – Secretaria do Trabalho; PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

A tabela A.1 do apêndice A mostra as taxas de admissão para os cinco primeiros meses de 2019 e 2020, desagregadas por seção da CNAE 2.0. A tabela também evidencia que o efeito maior das medidas de enfrentamento da pandemia sobre as contratações foi em abril de 2020. Por exemplo, os setores de comércio e reparação de veículos e indústria da transformação contrataram, na ordem, menos cerca de 200 mil e 100 mil trabalhadores em abril e maio na comparação com o ano anterior. Em termos de perdas relativas, o segmento de alojamento e alimentação foi o mais impactado, com retração acima de 4 p.p. nas taxas de admissão nos últimos dois meses, seguido de comércio e construção, com quedas de cerca de 3 p.p.

Embora ainda mostrando uma queda expressiva na comparação interanual, as admissões registradas em maio de 2020 foram superiores às de abril, com exceção do setor de educação, de saúde e da arte e cultura. Vale lembrar que a informação de maio de 2020 não registra declarações feitas pelas empresas fora do prazo regulamentar. Sendo assim, torna-se desejável checar se esse padrão generalizado entre os setores de aparente desaceleração na queda das contratações em maio é confirmado em outras fontes. Além disso, o alto grau de incerteza advindo da evolução da pandemia torna ainda mais valiosa a informação com maior grau de robustez possível. Nesse sentido, os dados de abertura de empresas disponíveis até maio de 2020 para o estado de São Paulo serão usados para complementar a análise setorial, entendendo que essa atividade está correlacionada com o montante de contratações.⁷ A tabela A.2 no apêndice A mostra os mesmos dados para os meses de janeiro a maio de 2019 e 2020 de forma mais desagregada para seção da CNAE 2.0.

7. Os dados aqui utilizados foram disponibilizados por Alexandre Samy e Bruno Filomeno, que, gentilmente, atualizaram as informações contidas no estudo *Demografia de empresas e pandemia em São Paulo: evidências preliminares* (Castro e Rocha, 2020).

O gráfico 10 mostra que, na comparação com 2019, a abertura de empresas já começa a desacelerar a partir de março de 2020 em todos os setores. O efeito negativo é mais forte em abril, mas em maio parece haver uma pequena recuperação (em que pese a comparação anual ainda ser negativa), o que corrobora o observado nos dados do Caged para admissões. Outra similaridade em relação ao Caged se refere aos setores mais afetados, com destaque aqui para comércio e construção.

GRÁFICO 10
Abertura de empresas de março a maio (2019-2020)

Fonte: Jucesp, obtidos e organizados por Castro e Rocha (2020).

Elaboração: Disoc/Ipea.

2.2 Desligamentos

O Caged também permite a desagregação das movimentações de desligamentos por setores de atividade ao longo dos meses de interesse. O indicador usado é uma taxa de desligamento, que indica a queda do emprego (formal) no respectivo setor que seria observado caso a única margem de ajuste do emprego no mês de referência (t) fosse o desligamento. Para ser mais preciso, essa taxa de desligamento pode ser descrita pela expressão a seguir.

$$TD_{s,t} = \frac{-(E_{s,t-1} + D_{s,t})}{E_{s,t-1}}. \quad (2)$$

Em que $TD_{s,t}$ denota o total de desligamentos registrado no setor s e no mês t , e $E_{s,t-1}$ representa o estoque de ocupados no setor s no mês anterior, tal como já mencionado. O gráfico 11 mostra essas informações de forma análoga ao reportado na seção anterior para admissões, priorizando comparações interanuais para os meses de março, por um lado, e abril e maio, por outro lado, nos mesmos nove setores.

Um primeiro fator que chama a atenção nesse gráfico é a similaridade das taxas de desligamento registradas nos meses de abril de 2019 e 2020 padrão esse claramente dissonante em relação ao encontrado para as taxas de admissão setoriais. Um ajuste mais forte em abril tanto para contratações como para desligamentos só é observado para os setores de transporte e armazenagem e, também, alojamento e alimentação. Nos demais setores, à exceção da agricultura, apesar de as taxas de desligamento serem maiores na comparação interanual para abril, as diferenças tendem a ser de magnitude próximas aos da comparação para março. Já para maio, essa tônica é revertida, e as taxas de desligamento em maio de 2020 não só são menores que as de abril de 2019, como também são inferiores às de maio de 2019. Em termos relativos, o setor mais afetado, por larga margem, é o de alimentação e alojamento, sobretudo nos meses de março e abril, nos quais o crescimento na taxa de desligamento fica em torno de 4 p.p. No outro extremo, está a administração pública, com taxas bastante similares em 2019 e 2020.

Em suma, olhando apenas para o indicador de desligamentos, não há sinais claros de impactos da pandemia no mercado de trabalho.

GRÁFICO 11

Taxas de desligamento em março e abril, normalizadas usando a PNAD Contínua – Caged (2019-2020)

Fontes: Caged – Secretaria do Trabalho; e PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Essa constatação parece corroborar as evidências já mencionadas de que o emprego formal no Brasil tende a se ajustar mais pela redução das contratações. No entanto, é preciso ter em mente que a Secretaria de Trabalho notou um padrão de subdeclaração dos desligamentos nos primeiros meses de 2020, conforme notificado em nota técnica disponibilizada em seu sítio eletrônico.⁸ Os dados aqui apresentados já contemplam uma revisão dessa informação com vistas a mitigar o problema de subnotificação dos desligamentos. O principal insumo

8. Para mais detalhes, ver Brasil (2020).

para essa revisão foram os dados de requerimento de seguro-desemprego, que também serão objeto de análise a seguir. Essa informação também foi disponibilizada com frequência mensal e desagregação setorial compatível com a utilizada para o Caged.

O gráfico 12 mostra taxas de desligamento calculadas de forma análoga às do gráfico 11, porém utilizando o montante de requerimentos de seguro-desemprego em vez da movimentação de desligamento registrada no Caged. Ou seja, é reportado o quanto diminuiria o emprego formal em cada setor e cada mês se a única margem de ajuste do emprego fossem os desligamentos que resultam num requerimento de seguro-desemprego. Vale destacar o aumento nas taxas de desligamento entre maio de 2019 e 2020 computadas para os setores de transporte e armazenagem e, também, alojamento e alimentação. Esses setores já haviam apresentado uma trajetória preocupante para as taxas de admissão entre abril de 2019 e 2020.

A evolução das taxas de desligamento entre abril de 2019 e 2020, quando computadas com dados do seguro-desemprego, mostram um padrão similar às computadas com dados do Caged. Apesar de se registrar um aumento em 2020, a magnitude desse aumento tende a ser discreto na grande maioria dos setores. Este comportamento não persiste, todavia, na comparação interanual para o mês de maio. Nesse último mês, há aumentos bastante mais expressivos nas taxas de desligamento computadas com dados de pedidos de seguro-desemprego para todos os setores, exceto agricultura. Isso não é observado no âmbito dos desligamentos registrados no Caged, pelo menos antes de se computarem as declarações fora do prazo. Essa discrepância entre as fontes de informação pode vir de uma defasagem entre o ato de demissão e o requerimento de seguro-desemprego, tendo em vista a dificuldade ou até a impossibilidade de fazer tal requerimento na forma presencial. O fato de as taxas de desligamento computadas pelo seguro-desemprego registrarem um menor nível em abril de 2020 e um nível mais semelhante em maio de 2020 do que pelo Caged corrobora essa possibilidade.

GRÁFICO 12

Taxas de desligamento de março a maio, normalizadas usando a PNAD Contínua – seguro-desemprego (2019-2020)

Fontes: Caged – Secretaria do Trabalho; e PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Disoc/lpea.

2.3 Crescimento líquido do emprego

Além das movimentações de admissões e desligamentos, o Caged também informa o saldo líquido, ou seja, o contraste entre o montante de trabalhadores admitidos e desligados. Esse saldo foi usado para construir uma taxa de crescimento líquido do emprego setorial. Essa taxa corresponde à razão entre o respectivo saldo informado pelo Caged e o estoque referente ao mês anterior. Dado que esse mesmo estoque foi utilizado para construir as taxas de admissão e desligamento analisadas anteriormente, a taxa de crescimento líquido do emprego setorial a seguir corresponde à soma das respectivas taxas de admissão e desligamento.

Em virtude do padrão reportado de diminuição nas taxas de contratações e aumento nas taxas de desligamento nos últimos meses de 2020, devemos esperar que taxas de crescimento líquido do emprego com valores negativos sejam predominantes nesse período mais recente, o que é confirmado no gráfico 13.

GRÁFICO 13

Taxas de crescimento líquidas do emprego de março a maio, normalizadas usando a PNAD Contínua – Caged (2019-2020)

Fontes: Caged – Secretaria do Trabalho; e PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Em março, não é possível notar uma deterioração generalizada no mercado formal de emprego, pois, como vimos nas seções 1 e 2, as admissões e os desligamentos não apresentaram resultados muito diferentes na comparação com o ano anterior. A exceção nesse período é o setor de alojamento e alimentação, que já apresenta resultados negativos a partir de março, resultado causado por um aumento nos desligamentos nesse mês. Em abril, todos os setores apresentam saldos negativos, padrão que se repete em maio, com exceção da agricultura.

Essas comparações interanuais ficam mais evidentes no gráfico 14, que traz as respectivas diferenças entre as taxas de crescimento líquido setoriais entre os mesmos meses de 2020 e 2019.

Destacamos as perdas expressivas de postos de trabalho no setor de alojamento e alimentação e construção para os meses de abril e maio. Por outro lado, essas perdas são relativamente mais suaves na agricultura e na administração pública.

GRÁFICO 14

Diferença interanual do crescimento líquido do emprego, normalizada usando a PNAD Contínua – Caged (2019-2020)

Fontes: Caged – Secretaria do Trabalho; e PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

2.4 Taxas de crescimento líquido do emprego setorial pela PNAD Contínua

Os dados do Caged revelam que para a maior parte dos setores o resultado no saldo é consequência de uma diminuição das contratações, em vez de um aumento dos desligamentos. O Caged cobre apenas o setor formal da economia, de tal forma que gastos trabalhistas com a demissão, e políticas como o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda do governo federal podem ter contribuído para esse resultado.

O passo seguinte consiste em expandir a análise para incorporar o mercado informal através dos dados da pesquisa domiciliar da PNAD Contínua. Para tanto novamente serão usados os resultados de Hecksher (2020) para viabilizar a análise mensal dos dados originalmente trimestrais. O gráfico 15 mostra a comparação interanual da taxa de crescimento líquida do emprego nos quatro primeiros meses do ano, de forma análoga ao que reportamos no gráfico 14 com dados do Caged.⁹

9. Como a PNAD Contínua não informa as movimentações de trabalhadores, computamos o saldo entre admitidos e desligados, contrastando o número de ocupados entre o respectivo mês e o mês anterior.

As estimativas de Hecksher (2020), a partir da PNAD Contínua que contém informações sobre ocupações informais, mostram que a piora do cenário no mercado de trabalho se acentua e é detectada mais cedo e de forma mais alastrada, quando o universo de análise se estende para além do setor formal. Enquanto nos resultados do Caged, a queda do emprego só é generalizada a partir de abril, a PNAD Contínua mostra que ao levarmos em conta o emprego informal a queda já acontece para uma boa parte dos setores em março de 2020, se agravando sobremaneira em abril.

GRÁFICO 15

Diferença do crescimento da população ocupada – PNAD Contínua mensalizada (2019-2020)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Hecksher (2020).

A tabela A.6, no apêndice A, mostra essas estimativas, em milhares, para o período de janeiro a abril de 2019 e 2020. Ela mostra o efeito dramático das medidas de enfrentamento da pandemia sobre alguns setores. Na comparação interanual, em abril, a PO do setor de comércio diminui em 1,9 milhão; no setor de construção, em 1,4 milhão; a mesma coisa no setor de serviços domésticos;¹⁰ e 1,2 milhão em alojamento e alimentação. Em termos relativos, estes três últimos setores experimentaram quedas de, respectivamente, 22,7%, 22,6% e 21,4%.¹¹ Chama a atenção a constatação de que, ao encampar o emprego informal, o setor de agricultura e pecuária passa a revelar uma destruição expressiva de postos de trabalho, que chega a 537 mil na comparação interanual de abril (queda de 6,4%), em contraste com a perda tímida observada no âmbito do segmento formal da economia.

10. É importante lembrar que o segmento de serviços domésticos é caracterizado por elevado grau de informalidade; portanto, não se beneficia de programas voltados para o emprego formal, como o seguro-desemprego, o que sublinha a necessidade de políticas que consigam atingir o contingente de trabalhadores informais, como o auxílio emergencial.

11. A perda relativa no setor de comércio é menor, 10,1%, em função de seu tamanho significativamente maior.

3 RENDIMENTOS

O IBGE divulgou recentemente os microdados da PNAD Covid-19, versão da PNAD Contínua que pretende monitorar as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia da Covid-19. Foram pesquisados indicadores para quatro semanas de maio, entre os dias 3 e 30. Apesar de a PNAD Covid-19 ser uma pesquisa experimental, de forma que seus resultados devem ser interpretados com cautela, trata-se de uma pesquisa que possibilita avaliar o impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o papel que o auxílio emergencial teve na sustentação da renda domiciliar. O resultado da análise detalhada dessas informações permitirá aprofundar o conhecimento sobre a situação atual dos rendimentos no mercado de trabalho.

Contudo, a PNAD Covid-19 cobre, por enquanto, apenas o mês de maio; para termos uma visão completa da conjuntura do mercado de trabalho durante todo o ano de 2020, apresentamos também um retrato da evolução dos rendimentos do trabalho antes da pandemia, com foco nos resultados do 1º trimestre de 2020 da PNAD Contínua, incluindo os resultados até o trimestre móvel terminado em abril.

3.1 As diferenças entre os rendimentos efetivos e os habituais do trabalho

Uma boa aproximação do impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalho são as diferenças entre a renda média efetivamente recebida e a renda média habitualmente recebida. Usualmente, análises de conjuntura focam na renda habitualmente recebida, pois esta não apresenta sazonalidade e é livre de variações idiossincráticas na renda efetivamente recebida. Normalmente, excluídos os efeitos da sazonalidade, na média ou no agregado, os choques individuais na renda efetiva se anulam, e os rendimentos médios habitual e efetivamente recebidos são semelhantes.

Entretanto, os dados da PNAD Covid-19 de maio revelam que os rendimentos médios efetivamente recebidos foram de R\$ 1.898,86, enquanto os rendimentos médios habitualmente recebidos foram de R\$ 2.320,24, ou seja, os rendimentos efetivos representaram somente 82% dos rendimentos habituais. Para termos uma noção do que isso representa, os dados da PNAD Contínua revelam que, para os trimestres que englobam os meses de abril, maio e junho, entre 2012 e 2019, a renda média efetiva representava 99,92% da renda média habitual. Ou seja, é seguro afirmar que os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho são captados pelas diferenças entre a renda efetiva e a habitual.

A tabela 2 mostra os rendimentos médios efetiva e habitualmente recebidos de acordo com a PNAD Covid-19 no mês de maio, para o Brasil e para os diferentes grupos demográficos. Conforme já mencionamos, a renda efetiva atingiu somente 82% da renda habitual, e todos os diferentes grupos foram duramente atingidos. Entre as regiões, no Nordeste, a renda efetiva alcançara somente 80% da habitual, enquanto que o Centro-Oeste foi a região menos impactada (86%).

TABELA 2

Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por grupos demográficos (maio/2020)(Em R\$)¹

	Rendimento efetivo do trabalho (1)	Rendimento habitual do Trabalho (2)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (1/2)
Brasil	1.898,86	2.320,24	0,82
Norte	1.495,27	1.789,00	0,84
Nordeste	1.319,33	1.642,65	0,80
Sudeste	2.125,84	2.633,94	0,81
Sul	2.098,87	2.501,07	0,84
Centro-Oeste	2.167,55	2.531,58	0,86
Masculino	2.048,78	2.505,35	0,82
Feminino	1.697,04	2.071,05	0,82
De 14 a 24 anos	1.031,13	1.229,82	0,84
De 25 a 39 anos	1.927,78	2.309,62	0,83
De 40 a 59 anos	2.109,47	2.609,84	0,81
Com 60 anos ou mais	2.144,02	2.765,26	0,78
Não chefe de família	1.648,12	2.010,75	0,82
Chefe de família	2.187,47	2.677,58	0,82
Fundamental incompleto	924,32	1.230,55	0,75
Fundamental completo	1.182,24	1.576,91	0,75
Médio incompleto	1.052,97	1.398,20	0,75
Médio completo	1.390,08	1.739,81	0,80
Superior	3.361,52	3.949,11	0,85
Região metropolitana (RM)	2.296,54	2.849,39	0,81
Não RM	1.607,95	1.933,16	0,83

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

Nota: ¹ Em valores de maio de 2020.

A tabela 2 não revela diferenças no impacto da pandemia entre renda efetiva e habitual por gênero, entre chefes e não chefes de família e RMs ou não. Por outro lado, o efeito da pandemia foi mais severo entre os idosos (78%) e menor entre os mais jovens (84%), e o impacto foi decrescente com a escolaridade (75% para aqueles com ensino médio incompleto e 85% para aqueles com ensino superior).

Na tabela 9, detalhamos os rendimentos médios efetivos e os habituais por Unidade da Federação (UF). De acordo com essa ótica, os estados mais afetados pela pandemia, com uma renda efetiva de somente 78% da renda habitual, foram Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Por outro lado, os menos atingidos foram Rondônia, Roraima e Mato Grosso, onde a renda efetiva alcançou 90% da renda habitual.

Os dados até aqui revelados mostram que todos os grupos demográficos foram atingidos, alguns mais, outros menos, entretanto, quando consideramos a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, nota-se que as diferenças são muito mais acentuadas. Na tabela 3, são apresentadas as diferenças entre os rendimentos médios efetiva e habitualmente recebidos por posição na ocupação. Conforme esperado, os trabalhadores não formalizados foram duramente atingidos pela pandemia. Os trabalhadores por conta-própria receberam efetivamente apenas 60% do que habitualmente recebiam, tendo seus rendimentos efetivos médios alcançado apenas R\$ 1.092,12. Já os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada receberam efetivamente 76% do habitual. Os empregadores também foram severamente atingidos, tendo recebido 69% do habitual, mas apresentado ainda um rendimento médio acima de R\$ 4 mil. Por outro lado, os trabalhadores formais foram consideravelmente menos atingidos. Trabalhadores do setor privado com carteira receberam, em média, 92% do habitual, e os do setor público contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 96%. Entre militares e estatutários, a renda efetiva alcançou 98% da renda habitual, e mesmo entre os trabalhadores informais do setor público a renda efetiva foi de 91% da habitual.

TABELA 3

Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido, por posição na ocupação (maio/2020)
(Em R\$)¹

	Rendimento efetivo do trabalho (1)	Rendimento habitual do trabalho (2)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (1/2)
Brasil	1.898,86	2.320,24	0,82
Privado formal	2.037,80	2.221,64	0,92
Privado informal	1.351,92	1.782,24	0,76
Militar/estatutário	3.955,96	4.048,79	0,98
Público CLT	3.290,51	3.444,11	0,96
Público informal	1.909,81	2.096,61	0,91
Empregador	4.078,46	5.899,01	0,69
Conta-própria	1.092,12	1.820,81	0,60

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3hRcLt4>>. Acesso em: 1º de jul. 2020.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Em valores de maio 2020.

Essas diferenças por posição na ocupação se refletem igualmente quando consideramos o setor de atividade, como revela a tabela 10. Evidentemente, os trabalhadores mais atingidos pela pandemia se encontram nos setores de serviços que apresentam um alto grau de informalidade. Os cabelereiros, trabalhadores de tratamento de beleza e serviços pessoais receberam efetivamente apenas 43% da renda habitual, auferindo uma renda média de somente R\$ 656.

Entre outros setores duramente afetados, estão trabalhadores de atividades artísticas, esportivas e recreação (55%), transporte de passageiros (57%), hospedagem (63%), serviços de alimentação (65%), atividades imobiliárias (70%), construção (71%) e serviço doméstico (74%).

Os trabalhadores menos afetados encontram-se na administração pública (97%), indústria extrativa (92%), serviços de utilidade pública (93%), educação (92%), serviços financeiros (92%) e armazenamento, correios e serviços de entrega (91%).

3.2 Renda domiciliar e impacto do auxílio emergencial

Uma das principais vantagens da PNAD Covid-19 é a investigação por domicílio das rendas de outras fontes, dentre as quais se incluem os auxílios emergenciais em virtude da pandemia. A tabela 4 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para três formas diferentes de calcular a renda domiciliar. A primeira considera apenas as rendas efetivas do trabalho dos componentes do domicílio; a segunda acrescenta as rendas de outras fontes;¹² e a terceira considera a renda domiciliar total, acrescentando o auxílio emergencial. Os valores das divisões das faixas de renda são apresentados no anexo A.

TABELA 4

Proporção e total de domicílios por faixa de renda (maio/2018)

	Sem renda	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
Renda trabalho efetiva (%)	32,07	29,02	10,55	13,84	9,51	3,69	1,33
Total de domicílios	21.812.477	19.740.734	7.175.055	9.413.149	6.471.041	2.508.399	903.373
Renda com outras fontes (%)	7,66	34,82	16,95	19,51	13,81	5,34	1,92
Total de domicílios	5.207.385	23.686.354	11.527.043	13.270.818	9.392.596	3.631.372	1.308.661
Renda todas fontes – com auxílio emergencial (%)	2,48	29,73	20,57	24,34	15,47	5,47	1,93
Total de domicílios	1.688.800	20.223.490	13.993.137	16.558.085	10.525.867	3.720.001	1.314.849

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O primeiro forte impacto da pandemia é notado devido ao fato de que 32% dos domicílios não apresentaram nenhuma renda no trabalho. De acordo com a PNAD Contínua, esse valor era, no primeiro trimestre de 2020, de 23,5%. Naturalmente, a proporção de domicílios sem renda cai consideravelmente quando acrescentamos as rendas de outras fontes, caindo para 7,6%, o que significa que 24,4% dos domicílios (ou cerca de 16,6 milhões) recebem apenas rendas de outras fontes.

Por sua vez, a tabela 4 indica que, em maio, de acordo com os dados da PNAD Covid-19, 5,2% dos domicílios (cerca de 3,5 milhões) sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do auxílio emergencial. A tabela revela também que o auxílio emergencial elevou a proporção dos domicílios de renda média.

12. Trata-se de aposentadoria, pensão, mesada, doação, seguro-desemprego, bolsa-família, benefício de prestação continuada, rendimentos de aluguel e financeiros.

Na tabela 5, se mostra a proporção de domicílios, por faixa de renda, que receberam o auxílio emergencial de acordo com as três formas de cálculo da renda domiciliar contidas na tabela 4. Na primeira coluna, que considera apenas a renda domiciliar efetiva do trabalho, aproximadamente 41,5% dos domicílios sem renda receberam o auxílio emergencial e 55% dos domicílios de renda muito baixa também o receberam. Na segunda coluna, quando se acrescenta a renda de outras fontes, nota-se que 67,5% dos domicílios que ainda permaneciam sem renda receberam o auxílio emergencial. Por fim, na última coluna, já considerando a renda do próprio auxílio emergencial, pouco menos da metade dos domicílios de renda muito baixa receberam o auxílio, proporção que, entre os domicílios de renda baixa, foi de 46,5%.

TABELA 5
Proporção de domicílios que receberam o auxílio emergencial por faixa de renda
(maio/2020)
 (Em %)

	Divisão 1 ¹	Divisão 2 ²	Divisão 3 ³
Sem renda	41,48	67,57	0
Renda muito baixa	55,03	56,75	49,35
Renda baixa	38,33	35,08	46,52
Renda média-baixa	26,25	26,45	41,05
Renda média	14,89	15,72	24,8
Renda média-alta	7,4	7,56	9,76
Renda alta	2,57	2,89	3,35

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Notas: ¹ Divisão 1 – apenas renda domiciliar do trabalho efetivo.

² Divisão 2 – renda domiciliar efetiva com outras fontes de renda (sem auxílio emergencial).

³ Divisão 3 – renda domiciliar total efetiva (com auxílio emergencial).

A tabela 6 mostra os rendimentos médios domiciliares a partir das diversas fontes de renda e por faixa de renda (de acordo com a renda domiciliar total efetiva). Nota-se que o rendimento médio domiciliar do trabalho efetivo foi de R\$ 2.247,80, o que, assim como a média individual, representa 82% da renda habitual (tabela 7). O acréscimo das rendas de outras fontes eleva o rendimento domiciliar efetivo médio para R\$ 3.202, e, por sua vez, o auxílio emergencial elevou em pouco mais de R\$ 300 a renda domiciliar total, alcançando R\$ 3.530.

A partir da tabela 6, é possível perceber que os impactos da pandemia sobre os rendimentos efetivos do trabalho foram muito mais acentuados entre os domicílios mais pobres, e, consequentemente, os rendimentos de outras fontes, incluindo o auxílio emergencial, são indispensáveis para a sobrevivência desses domicílios. Por exemplo, a renda domiciliar efetiva do trabalho para os domicílios de renda muito baixa foi de apenas R\$ 384 (somente 49% da renda do trabalho habitual), ao passo que, após todas as fontes de renda, incluindo o auxílio emergencial, a renda domiciliar média alcançou R\$1.132, o que representa 99% da renda domiciliar habitual com outras fontes de renda (R\$ 1.140).

TABELA 6

Rendimentos domiciliares médios por faixa de renda – diversas fontes de renda (maio/2020)
(Em R\$)¹

	Rendimento efetivo do trabalho	Rendimento habitual do trabalho	Renda de outras fontes	Renda com outras fontes efetivas (sem auxílio emergencial)	Renda com outras fontes habitual (sem auxílio emergencial)	Auxílio emergencial	Renda total efetiva (com auxílio emergencial)
Brasil	2.247,80	2.747,41	1.899,82	3.202,82	3.702,42	846,50	3.530,15
Renda muito baixa	384,58	787,98	752,45	736,89	1.140,29	801,73	1.132,52
Renda baixa	921,75	1.269,62	1.288,32	1.650,81	1.998,68	890,65	2.065,14
Renda média-baixa	1.910,93	2.334,29	1.743,58	2.817,98	3.241,35	858,55	3.170,44
Renda média	3.994,46	4.569,23	2.755,78	5.433,53	6.008,30	890,06	5.654,25
Renda média-alta	8.342,46	9.314,70	5.281,18	11.127,64	12.099,87	761,68	11.202,00
Renda alta	2.0921,67	22.703,65	9.677,24	26.329,20	28.111,18	723,11	26.353,43

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Em valores de maio de 2020.

Essas informações sobre o impacto do auxílio emergencial nos domicílios de renda mais baixa citadas no parágrafo anterior são resumidas na tabela 7. Na primeira coluna, se apresenta a proporção da renda efetiva do trabalho sobre a renda do trabalho habitual. Como já indicamos, entre os domicílios de renda muito baixa, essa proporção era de apenas 49%. Já entre os domicílios de renda baixa, era de 73%, enquanto nos domicílios de renda alta, alcançava 92%. Na segunda coluna, se acrescenta a renda de outras fontes (sem o auxílio emergencial), e novamente se compara a proporção entre as rendas efetiva e as habitualmente recebidas. Com o acréscimo de outras rendas, os rendimentos efetivamente recebidos, entre os de renda muito baixa, conseguiram alcançar 65% dos rendimentos habituais.

A terceira coluna da tabela 7 procura medir em que medida o auxílio emergencial conseguiu sustentar a renda domiciliar média. Partindo da suposição de que, sem os efeitos da pandemia, os rendimentos do trabalho efetivamente recebidos seriam muito próximos dos habitualmente recebidos, essa coluna, então, compara os rendimentos totais efetivamente recebidos, incluindo o auxílio emergencial, com a renda habitualmente recebida, incluindo as rendas de outras fontes, mas sem o benefício. A tabela 7 revela que, em média, após o auxílio emergencial, a renda domiciliar alcançou 95% do que seria caso houvesse recebido rendimentos do trabalho habituais. Inclusive entre os domicílios de renda baixa, após o auxílio emergencial, os rendimentos atingiram 103% do que seriam com as rendas habituais.

As duas últimas colunas da tabela 7 mostram o impacto na renda domiciliar efetivamente recebida pelo auxílio emergencial, em reais e em porcentagem, respectivamente. Em termos absolutos, o benefício teve mais impacto nos domicílios de renda baixa, elevando a renda domiciliar média em R\$ 414. Contudo, não surpreendentemente, em termos relativos, o impacto nos domicílios de renda muito baixa foi muito mais expressivo, tendo elevado a renda média domiciliar em 54%.

TABELA 7

Proporção da renda domiciliar média efetiva em relação à renda habitual e aumento da renda domiciliar causado pelo auxílio emergencial (maio/2020)

	Proporção da renda efetiva do trabalho sobre a habitual	Proporção da renda com outras fontes efetivas (sem auxílio emergencial) sobre a habitual	Proporção da renda efetiva total (com auxílio emergencial) sobre a renda com outras fontes habituais	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo auxílio emergencial (R\$)	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo auxílio emergencial (%)
Brasil	0,82	0,87	0,95	327,33	10,2
Renda muito baixa	0,49	0,65	0,99	395,63	53,7
Renda baixa	0,73	0,83	1,03	414,33	25,1
Renda média-baixa	0,82	0,87	0,98	352,46	12,5
Renda média	0,87	0,90	0,94	220,72	4,1
Renda média-alta	0,90	0,92	0,93	74,36	0,7
Renda alta	0,92	0,94	0,94	24,23	0,1

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3.3 Massa de rendimentos e impacto do auxílio emergencial

Os resultados apresentados anteriormente mostram que, principalmente entre os domicílios de baixa renda, o auxílio emergencial foi importante para a manutenção da renda média domiciliar. Para sabermos o impacto agregado do benefício, devemos olhar para a massa de rendimentos. A queda da massa salarial devido à pandemia é causada tanto pela diferença entre a massa salarial efetivamente recebida e a massa habitualmente recebida entre aqueles que permaneceram ocupados como pela perda de rendimentos daqueles que perderam a ocupação. A partir da PNAD Covid-19, visto ter-se apenas ainda um único mês observado, podemos somente avaliar a primeira causa.

O gráfico 16 mostra a massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos por posição na ocupação a partir dos dados da PNAD Covid-19. O total da massa de rendimentos efetivos do trabalho foi de R\$ 158 bilhões, enquanto que a massa de rendimentos habitualmente recebidos foi de R\$ 193 bilhões. Os dados por posição na ocupação mostram que as diferenças das massas efetiva e habitualmente recebidas dos trabalhadores por conta-própria representam mais da metade da diferença total. Os conta-própria receberam efetivamente R\$ 26,8 bilhões, contra os habituais R\$ 44,6 bilhões (uma diferença de R\$ 17,8 bilhões, cerca de 51% da diferença total de R\$ 35 bilhões).

GRÁFICO 16

Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos, por posição na ocupação (maio/2020)(Em R\$ bilhões)¹

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹Em valores de maio de 2020.

Na tabela 8, mostram-se as massas salariais efetiva e habitualmente recebidas, bem como a massa de rendimentos recebidos pelo auxílio emergencial e de rendimentos de outras fontes, por faixa de renda. De acordo com a PNAD Covid-19, o total dos rendimentos provenientes do benefício em maio alcançou R\$ 23,5 bilhões, o que representa 67% da diferença entre a massa salarial habitualmente recebida e a massa efetivamente recebida. Por sua vez, a massa de rendimentos de outras fontes somou R\$ 68 bilhões, o que levou a massa de rendimentos efetivamente recebidos total da economia em maio para R\$ 249,5 bilhões.

TABELA 8

Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos, massa de rendimentos do auxílio emergencial e de outras fontes, por faixa de renda (maio/2020)(Em R\$ bilhões)¹

	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença entre a massa habitual e a efetiva	Massa de rendimentos do auxílio emergencial	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	157,91	192,96	35,04	23,50	68,08
Renda muito baixa	7,94	16,32	8,38	8,32	7,37
Renda baixa	13,30	18,33	5,02	6,09	10,58
Renda média-baixa	32,90	40,20	7,30	6,23	15,82
Renda média	43,84	50,13	6,29	2,53	15,99
Renda média-alta	31,92	35,60	3,69	0,30	10,89
Renda alta	28,01	30,40	2,39	0,03	7,45

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Em valores de maio de 2020.

Nota-se, novamente, que o auxílio emergencial foi muito importante para os domicílios mais pobres. Para as famílias de renda muito baixa, a massa de rendimentos do auxílio emergencial (R\$ 8,3 bilhões) foi virtualmente idêntica à diferença entre a massa salarial habitual e efetiva (R\$ 8,4 bilhões). Para os domicílios de renda baixa, a massa do auxílio emergencial foi mais de R\$ 1 bilhão superior à essa diferença, e, mesmo para as famílias de renda média-baixa, a massa do benefício alcançou 85% da diferença entre a massa efetiva e a habitual.

Nas tabelas 11 e 12, são mostrados os mesmos dados da tabela 8, por região e UF, respectivamente. Destaque para o fato de que, nas regiões Norte e Nordeste, a massa do auxílio emergencial são mais de 50% maiores que a diferença entre a massa salarial habitual e a efetiva. Ao passo que, nas regiões Sul e Sudeste, a massa do benefício alcançou apenas 40% dessa diferença.

Dessa forma, os dados da PNAD Covid-19 nos permite avaliar que, se o auxílio emergencial não foi suficiente para evitar uma grave crise econômica – visto que ele conseguiu compensar 67% da perda de renda entre os que permaneceram ocupados, ao que se deve somar a perda de renda dos que perderam a ocupação –, podemos confirmar que ele foi essencial para a manutenção da renda entre os domicílios mais pobres, justamente os mais afetados pela crise.

TABELA 9

Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido, por UF (maio/2020)(Em R\$)¹

	Rendimento efetivo do trabalho (1)	Rendimento habitual do trabalho (2)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (1/2)
Brasil	1.898,86	2.320,24	0,82
Rondônia	1.679,76	1.863,32	0,90
Acre	1.672,80	1.872,76	0,89
Amazonas	1.440,59	1.765,10	0,82
Roraima	1.833,09	2.038,75	0,90
Pará	1.419,57	1.745,90	0,81
Amapá	1.341,94	1.684,78	0,80
Tocantins	1.649,64	1.893,67	0,87
Maranhão	1.191,62	1.409,10	0,85
Piauí	1.416,14	1.667,03	0,85
Ceará	1.321,59	1.635,50	0,81
Rio Grande do Norte	1.500,81	1.869,14	0,80
Paraíba	1.493,86	1.787,38	0,84
Pernambuco	1.394,44	1.796,48	0,78
Alagoas	1.278,65	1.518,44	0,84
Sergipe	1.352,78	1.739,10	0,78
Bahia	1.217,60	1.555,42	0,78
Minas Gerais	1.631,46	2.002,59	0,81

(Continua)

(Continuação)

	Rendimento efetivo do trabalho (1)	Rendimento habitual do trabalho (2)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (1/2)
Espírito Santo	1.728,18	2.123,81	0,81
Rio de Janeiro	2.166,46	2.769,53	0,78
São Paulo	2.371,77	2.919,67	0,81
Paraná	2.125,77	2.527,64	0,84
Santa Catarina	2.127,17	2.470,75	0,86
Rio Grande do Sul	2.052,94	2.493,96	0,82
Mato Grosso do Sul	2.006,02	2.263,80	0,89
Mato Grosso	2.067,48	2.292,13	0,90
Goiás	1.680,75	2.103,03	0,80
Distrito Federal	3.533,15	4.012,34	0,88

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Em valores de maio de 2020.

TABELA 10

Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido, por setor (maio/2020)(Em R\$)¹

Setor	Rendimento efetivo do trabalho (1)	Rendimento habitual do trabalho (2)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (1/2)
Agricultura, pecuária, produção florestal e pesca	1.226,75	1.423,16	0,86
Indústria extrativa	3.702,95	4.019,60	0,92
Indústria da transformação	1.817,43	2.186,58	0,83
Fornecimento de eletricidade e gás, água, esgoto e coleta de lixo	2.240,99	2.412,56	0,93
Construção	1.330,75	1.867,65	0,71
Comércio no atacado e varejo	1.419,63	1.862,01	0,76
Reparação de veículos automotores e motocicletas	1.405,15	1.880,12	0,75
Transporte de passageiros	1.113,37	1.967,95	0,57
Transporte de mercadorias	1.873,38	2.241,15	0,84
Armazenamento, correios e serviços de entrega	2.029,57	2.220,31	0,91
Hospedagem (hotéis, pousadas etc.)	1.419,90	2.260,47	0,63
Serviço de alimentação (bares, restaurantes, ambulantes de alimentação)	1.038,35	1.594,07	0,65
Informação e comunicação (jornais, rádio e televisão, telecomunicações e informática)	2.790,95	3.193,16	0,87
Bancos, atividades financeiras e de seguros	3.918,79	4.239,89	0,92
Atividades imobiliárias	2.495,39	3.568,38	0,70
Escritórios de advocacia, engenharia, publicidade e veterinária	2.967,64	3.785,27	0,78
Atividades de locação de mão de obra, segurança, limpeza, paisagismo e teleatendimento	1.473,24	1.689,01	0,87

(Continua)

(Continuação)

Setor	Rendimento efetivo do trabalho (1)	Rendimento habitual do trabalho (2)	Proporção da renda efetiva sobre a habitual (1/2)
Administração pública	3.549,89	3.650,08	0,97
Educação	2.742,07	2.974,99	0,92
Saúde humana e assistência social	2.778,71	3.344,07	0,83
Organizações religiosas, sindicatos e associações	2.251,54	2.630,44	0,86
Atividade artísticas, esportivas e de recreação	1.186,56	2.169,33	0,55
Cabeleireiros, tratamento de beleza e serviços pessoais	656,22	1.542,62	0,43
Serviço doméstico remunerado	698,37	948,11	0,74
Outros	2.068,30	2.567,85	0,81

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Em valores de maio de 2020.

TABELA 11

Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos, massa de rendimentos do auxílio emergencial e de outras fontes, por região (maio/2020)

(Em R\$ bilhões)¹

Região	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença entre a massa habitual e a efetiva	Massa de rendimentos do auxílio emergencial	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	157,91	192,96	35,04	23,50	68,08
Norte	9,25	11,06	1,82	2,76	3,35
Nordeste	24,38	30,35	5,97	9,15	13,53
Sudeste	80,20	99,36	19,17	7,78	34,00
Sul	28,69	34,19	5,50	2,20	12,46
Centro-Oeste	15,40	17,99	2,59	1,61	4,74

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Em valores de maio de 2020.

TABELA 12

Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos, massa de rendimentos do auxílio emergencial e de outras fontes, por UF (maio/2020)

(Em R\$ bilhões)¹

Região	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença entre a massa habitual e a efetiva	Massa de rendimentos do auxílio emergencial	Massa de rendimentos de outras fontes
Rondônia	1,16	1,29	0,13	0,21	0,43
Acre	0,42	0,47	0,05	0,12	0,19
Amazonas	1,78	2,18	0,40	0,60	0,63
Roraima	0,36	0,40	0,04	0,07	0,08

(Continua)

(Continuação)

Região	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença entre a massa habitual e a efetiva	Massa de rendimentos do auxílio emergencial	Massa de rendimentos de outras fontes
Pará	4,16	5,12	0,96	1,39	1,56
Amapá	0,37	0,46	0,09	0,14	0,10
Tocantins	0,99	1,14	0,15	0,22	0,36
Maranhão	2,43	2,87	0,44	1,23	1,35
Piauí	1,36	1,60	0,24	0,54	0,86
Ceará	3,97	4,91	0,94	1,46	2,24
Rio Grande do Norte	1,83	2,27	0,45	0,53	1,05
Paraíba	1,89	2,27	0,37	0,63	1,05
Pernambuco	4,48	5,77	1,29	1,42	2,36
Alagoas	1,22	1,45	0,23	0,54	0,77
Sergipe	1,09	1,40	0,31	0,37	0,64
Bahia	6,12	7,81	1,70	2,43	3,20
Minas Gerais	14,89	18,27	3,39	2,11	7,47
Espírito Santo	3,01	3,70	0,69	0,44	1,25
Rio de Janeiro	14,80	18,91	4,12	1,60	7,65
São Paulo	47,50	58,48	10,97	3,64	17,64
Paraná	11,06	13,15	2,09	0,98	4,10
Santa Catarina	7,14	8,29	1,15	0,40	2,83
Rio Grande do Sul	10,49	12,75	2,25	0,82	5,53
Mato Grosso do Sul	2,35	2,65	0,30	0,27	0,78
Mato Grosso	3,12	3,46	0,34	0,36	0,74
Goiás	5,18	6,48	1,30	0,76	1,78
Distrito Federal	4,76	5,40	0,65	0,22	1,44

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Em valores de maio de 2020.

3.4 Retrato dos rendimentos antes da pandemia – resultados do 1º trimestre de 2020 da PNAD Contínua

Os rendimentos reais médios apresentaram um aumento de 0,8% no primeiro trimestre de 2020 em comparação com o mesmo trimestre de 2019, e um crescimento de quase 1,1% em relação ao trimestre anterior (quarto trimestre de 2019). Além disso, ainda de acordo com os dados da PNAD Contínua, no trimestre móvel encerrado em abril de 2020, o rendimento médio real habitualmente recebido registrou considerável elevação na comparação interanual, elevando-se 2,5% na comparação interanual e 1% na comparação com o trimestre móvel terminado em março, alcançando o maior valor registrado na pesquisa, tendo atingido o valor de R\$ 2.425, como mostra o gráfico 17.

GRÁFICO 17
PNAD Contínua – rendimento médio anual¹ (2012-2020)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Valor absoluto e taxa de variação interanual.

Essa elevação da renda média se deve ao fato de que a perda de ocupações se concentrou nas mais mal remuneradas, nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada, de forma que os que permaneceram ocupados foram os de renda relativamente mais alta. Tal fato é corroborado pelo aumento do salário real médio de admissão divulgado pelo novo Caged, que subiu 7,5% entre março e abril (de R\$ 1.687 para R\$ 1.815), ou seja, as poucas admissões no período se concentraram nos salários mais elevados.

Evidências adicionais desse fenômeno são apresentadas no gráfico 18. Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor público (-2,5%) foram os únicos que apresentaram decréscimo real de rendimentos médios no último trimestre móvel, encerrado em abril, e esse foi justamente o único tipo de vínculo no qual a PO cresceu durante a pandemia. O destaque “positivo” ficou por conta dos trabalhadores sem carteira, cujos rendimentos médios apontaram aumento de 9,2% na comparação interanual do último trimestre móvel. Os rendimentos médios dos trabalhadores com carteira e por conta-própria subiram 2,6% e 2,7%, respectivamente.

GRÁFICO 18

PNAD Contínua – rendimento médio real, por tipo de vínculo (2016-2020)(Em %)¹

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Taxa de variação interanual.

Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram que ainda que menos da metade dos segmentos apontem queda de rendimentos reais, conforme mostra a tabela 13, em termos regionais, no primeiro trimestre de 2020, as quedas ocorreram no Centro-Oeste e no Sul, com taxas de -3,3% e -1,9%, respectivamente. Destaque positivo foi a região Sudeste, com aumento de 2,7%. O corte por gênero revela que os rendimentos recebidos pelas mulheres apresentaram uma queda de 0,3%, enquanto que a dos homens subiu 1,56%, revertendo uma tendência na qual os rendimentos das mulheres subiam mais rapidamente que os dos homens desde 2018.

O detalhamento por idade e grau de instrução indica que os trabalhadores com mais de 60 anos e com ensino fundamental completo registram os piores resultados, com queda nos seus rendimentos reais médios de 2,3% e 2,7%, respectivamente. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, neste trimestre, apenas os trabalhadores com ensino fundamental incompleto não apresentaram quedas nos rendimentos médios. Em relação à idade, destaca-se ainda o melhor resultado dos rendimentos dos ocupados entre 14 e 24 anos, cuja taxa de expansão no último trimestre foi de 1,8%, mantendo, assim, a tendência do trimestre anterior. Por fim, as estatísticas da PNAD Contínua mostram que os não chefes de família tiveram melhor desempenho no primeiro trimestre de 2020. Ressalta-se que esses dados, ao se referirem apenas ao primeiro trimestre, não consideram plenamente os efeitos da pandemia.

TABELA 13

PNAD Contínua: variação interanual do rendimento médio real, por dados desagregados (2018-2020)(Em %)¹

	2018				2019				2020
	1ª Trim.	2ª Trim.	3ª Trim.	4ª Trim.	1ª Trim.	2ª Trim.	3ª Trim.	4ª Trim.	1ª Trim.
Centro-Oeste	3,02	0,87	0,49	0,82	0,47	-0,83	-2,55	-1,90	-3,34
Nordeste	1,56	1,62	3,20	1,44	1,38	0,47	-0,72	-0,28	0,44
Norte	2,99	1,35	0,08	-2,14	-2,30	-2,33	-1,11	1,41	0,34
Sudeste	0,32	3,20	1,84	2,09	1,21	-0,75	0,13	0,53	2,68
Sul	0,29	0,58	0,06	1,27	3,36	1,63	2,11	0,85	-1,91
Masculino	1,92	2,79	1,09	1,10	0,36	-1,29	-0,26	-0,18	1,56
Feminino	-0,43	1,48	2,29	2,52	3,22	1,79	0,97	1,36	-0,29
De 14 a 24 anos	-1,23	-1,14	-2,67	-1,92	-0,81	-1,81	0,22	1,11	1,79
De 25 a 39 anos	1,02	1,06	2,18	2,02	2,66	1,41	1,63	2,15	0,42
De 40 a 59 anos	1,09	2,91	0,56	1,03	-0,02	-1,40	-0,20	-1,36	0,97
Com 60 anos ou mais	-0,03	1,61	3,31	0,86	1,17	-1,08	-6,63	-0,54	-2,28
Não chefe de família	-0,12	2,42	1,41	1,82	3,09	0,82	1,46	1,59	1,90
Chefe de família	2,04	2,14	1,56	1,17	0,01	-0,79	-0,49	-0,06	0,49
Fundamental incompleto	0,63	-0,91	-1,16	-2,10	-2,35	-2,11	-2,16	-1,02	0,49
Fundamental completo	-0,26	-1,43	-1,17	-0,42	1,17	-1,28	-0,76	-2,28	-2,69
Médio incompleto	3,19	0,67	0,19	-1,80	-0,42	-1,17	-1,13	0,76	-2,11
Médio completo	-1,54	0,03	0,16	0,31	-0,29	-1,17	-0,87	-1,80	-1,47
Superior	-0,87	0,54	-0,10	-0,92	-0,58	-2,02	-0,76	-0,15	-0,76
RM	1,08	3,14	2,64	2,21	1,91	-0,44	-0,46	0,33	0,44
Não RM	0,86	1,09	0,19	0,65	0,69	-0,12	0,61	0,16	1,27

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Taxa de variação interanual.

No contexto dos efeitos da pandemia, apesar do relativo aumento dos rendimentos médios observado nos últimos meses, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real, resultado que é o oposto do observado anteriormente, o qual mostrava que a elevação da PO elevava a massa salarial, apesar da estagnação da renda média. Na comparação interanual, os dados apontam que, no primeiro trimestre de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida registra ainda alta de 1,5%. É um aumento menos intenso do que vinha sendo observado nos trimestres anteriores (crescimento médio de 3,7% ao longo de 2018 e de 3,3% no primeiro trimestre de 2019, e inferior ao quarto trimestre de 2019, que apontava aumento de 2,5%). Cabe ressaltar que a sustentação da massa salarial vinha sendo suportada principalmente pelos trabalhadores informais e por conta-própria, cujas massas, na comparação interanual, cresceram 5,3% e 2,8% no primeiro trimestre de 2020, respectivamente. Entretanto, os dados do trimestre móvel que termina em abril apontam uma queda de 0,8% na comparação interanual e uma queda de 3,0% em comparação com o trimestre móvel que termina em fevereiro, antes do início da pandemia, representando uma queda de R\$ 6,4 bilhões.

3.5 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O indicador Ipea de inflação por faixa de renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis quando se leva em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No anexo A, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 14, mostra-se o crescimento anual da renda domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice A. No primeiro trimestre de 2020, apenas os domicílios de renda baixa e média-baixa (faixas 2 e 3, respectivamente) apresentaram crescimento da renda média em comparação com o ano anterior. Os domicílios de renda muito baixa (faixa 1) tiveram uma queda de 0,8%; entretanto, foram os domicílios de renda média-alta e alta os que mostraram as maiores quedas na renda média de acordo com os dados da PNAD Contínua, o que evidencia a queda da desigualdade nesse último trimestre mostrada no gráfico 11.

TABELA 14

PNAD Contínua: variação interanual do rendimento médio real domiciliar, por faixa de renda (2016-2020)¹
(Em %)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
1º/2016	-3,78	0,35	0,50	-0,28	0,93	1,19
2º/2016	-3,77	-0,54	1,13	-0,33	-0,37	-3,88
3º/2016	-4,45	-3,24	-1,06	-0,23	0,11	-4,97
4º/2016	-2,22	-1,56	0,29	1,14	0,68	2,75
1º/2017	-1,87	-1,52	-0,84	-1,32	-1,69	-0,25
2º/2017	4,68	2,50	-0,73	-0,80	1,77	10,22
3º/2017	5,89	2,92	-0,94	-0,40	1,87	13,05
4º/2017	5,91	2,26	-0,89	-0,61	1,85	7,68
1º/2018	5,33	3,32	-0,06	-0,39	1,34	3,00
2º/2018	-0,32	0,09	0,59	0,04	-1,93	-4,00
3º/2018	-1,93	-1,37	-0,35	-0,23	-3,00	-1,96
4º/2018	0,27	0,45	2,13	4,94	2,32	-3,61
1º/2019	0,10	0,44	2,37	5,28	2,98	2,48
2º/2019	-1,43	-0,43	0,87	3,03	1,95	1,52
3º/2019	-0,34	0,43	2,00	4,32	2,87	-0,66
4º/2019	-1,95	-1,19	-1,18	-1,97	-2,01	-1,45
1º/2020	-0,80	1,18	1,70	-0,95	-1,01	-3,05

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Deflacionado utilizando o indicador Ipea de inflação por faixa de renda.

O gráfico 19 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu de cerca de 0,514, no quarto trimestre de 2014, para 0,533, no quarto trimestre de 2019. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,495 para 0,509. Entretanto, no primeiro trimestre de 2020, a desigualdade dos rendimentos do trabalho caiu para 0,525, no caso da renda domiciliar, e 0,506, no caso da renda individual.

O aumento do Gini, até o fim de 2019, se deve à retomada da ampliação da desigualdade entre os extremos da renda, além da ampliação da parcela da população no setor informal da economia que apresenta maior desigualdade. De forma mais concreta, no quarto trimestre de 2019, a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta (anexo A) era 30,3 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, valor levemente menor que o do trimestre anterior (30,5). Por sua vez, no primeiro trimestre de 2020, a renda do trabalho dos domicílios da faixa alta era 29,5 vezes maior.

GRÁFICO 19

Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos, por renda individual e domiciliar – índice de Gini (2012-2020)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os dados do gráfico 20, que mostram os índices de Gini por tipo de vínculo, revelam que apenas entre os trabalhadores com carteira houve aumento da desigualdade no primeiro trimestre de 2020, com o Gini subindo de 0,38 para 0,386. Os demais tipos de vínculo apresentaram queda da desigualdade, com destaque para os sem carteira, para os quais o Gini caiu de 0,513 para 0,50.

GRÁFICO 20

Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos, por tipo de vínculo – índice de Gini (2016-2020)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Podemos conjecturar que essa queda da desigualdade se deva ao fato de os trabalhadores de menor renda terem sido os mais afetados pela pandemia. A tabela A.1 no anexo A mostra que, entre o último trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020, a proporção de domicílios sem renda do trabalho subiu de 22,2% para 23,5%, ao passo que a proporção de domicílios de renda muito baixa caiu de 29,2% para 28,5%. Entretanto, visto que contam com dados apenas até março, e, portanto, ainda na fase inicial do isolamento social, seria prematuro, então, atribuir esses movimentos inteiramente aos efeitos da pandemia no mercado de trabalho. Para avaliar plenamente os impactos da pandemia na desigualdade de renda no mercado de trabalho, será necessário aguardar os dados do segundo trimestre serem divulgados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Substituição da captação dos dados do Caged pelo eSocial**. Ministério da Economia, 2020. (Nota Técnica). Disponível em: <<https://bit.ly/2CbP1k4>>.

CASTRO, A. S.; ROCHA, B. F. Demografia de empresas e pandemia em São Paulo: evidências preliminares. **Carta Conjuntura**, n. 47, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2WkKxyu>>.

HECKSHER, M. **Valor impreciso por mês exato**: microdados e indicadores mensais baseados na PNAD Contínua. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 62). Disponível em: <<https://bit.ly/2WmvaG2>>.

ZYLBERSTAJN, E.; SOUZA, A. P. **The ins and outs of unemployment in a dual labor market**. São Paulo: EESP-FGV, 2015. Mimeografado.

APÊNDICE A

EMPREGO SETORIAL

TABELA A.1
Quantidade de admissões (2019-2020)

Seção CNAE 2.0	2019					2020				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	80,994	78,456	74,207	85,112	117,256	76,850	76,570	72,410	53,956	69,062
Indústrias extrativas	3,431	4,106	3,273	3,704	4,094	3,446	4,681	3,786	2,062	2,563
Indústrias de transformação	222,870	237,584	201,757	218,081	196,753	238,954	246,770	220,268	90,148	94,549
Elettricidade e gás	1,202	1,279	1,157	1,464	1,345	1,168	1,501	1,292	622	700
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	6,034	7,376	5,902	6,369	5,997	7,163	9,057	7,592	3,725	4,071
Construção	127,453	122,740	109,253	122,964	130,064	152,955	145,253	130,370	60,103	85,051
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	306,495	340,916	310,563	339,212	326,533	326,361	350,017	324,919	117,675	142,027
Transporte, armazenagem e correio	62,025	74,991	68,288	72,996	68,147	69,607	79,620	76,955	36,339	35,648
Alojamento e alimentação	91,463	98,904	83,085	88,304	87,882	100,143	105,295	74,483	12,464	13,648
Informação e comunicação	28,821	28,437	27,533	31,406	29,605	32,632	30,491	30,230	12,193	13,609
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	14,433	15,629	13,298	16,118	15,357	14,978	15,057	15,806	5,364	5,798
Atividades imobiliárias	5,350	5,534	5,051	5,590	5,951	5,962	5,891	5,503	1,690	2,306
Atividades profissionais, científicas e técnicas	45,549	43,824	40,986	44,228	42,796	51,643	48,472	48,015	18,474	21,072

(Continua)

(Continuação)

Seção CNAE 2.0	2019					2020				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Atividades administrativas e serviços complementares	177,616	176,652	167,167	179,947	173,590	231,045	222,259	230,696	127,489	138,411
Administração pública, defesa e seguridade social	4,643	15,621	5,576	5,284	4,842	4,249	16,267	7,959	2,542	3,234
Educação	45,441	94,360	49,665	43,735	38,100	53,734	98,057	51,911	8,869	7,062
Saúde humana e serviços sociais	63,356	61,623	56,843	71,194	60,684	58,117	62,429	65,783	53,871	52,521
Artes, cultura, esporte e recreação	10,059	9,349	8,370	8,718	8,528	10,843	10,335	7,321	919	805
Outras atividades de serviços	27,666	35,621	28,936	29,967	29,573	32,091	38,511	29,464	10,171	11,744
Serviços domésticos	204	231	217	181	160	83	81	56	20	28
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	78	51	50	54	47	35	29	28	8	12
Total	1,325,183	1,453,284	1,261,177	1,374,628	1,347,304	1,472,059	1,566,643	1,404,847	618,704	703,921

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – Secretaria do Trabalho.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Obs.: O setor "Não identificado" não foi incluído na análise.

TABELA A.2
Quantidade de aberturas de empresas em São Paulo (2019 e 2020)

Seção CNAE 2.0	2019					2020				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	54	88	83	81	115	75	87	64	51	56
Indústrias extrativas	1	1	9	3	4	5	1	4	2	2
Indústrias de transformação	723	898	971	981	1,036	733	910	740	233	287
Eleticidade e gás	11	19	14	25	21	21	21	19	0	3
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	28	25	27	20	30	28	35	21	7	21
Construção	823	1,185	1,238	1,219	1,377	966	1,152	958	241	435
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	3,799	5,445	5,566	5,518	5,937	4,266	5,167	4,368	1,392	2,844
Transporte, armazenagem e correio	649	909	920	987	1,081	734	811	678	252	451
Alojamento e alimentação	888	1,200	1,180	1,246	1,342	1,000	1,079	914	250	643
Informação e comunicação	951	1,184	1,294	1,305	1,375	1,335	1,303	1,241	584	640
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	536	741	669	736	814	748	706	604	228	311
Atividades imobiliárias	449	574	584	586	647	571	594	564	156	407
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1,497	1,940	1,979	1,996	2,239	2,029	2,145	1,781	715	1,274
Atividades administrativas e serviços complementares	1,767	2,559	2,610	2,565	2,719	2,385	2,561	2,240	801	2,012
Administração pública, defesa e seguridade social	2	1	2	3	1	2	0	5	0	2
Educação	429	587	609	644	655	622	572	525	152	670
Saúde humana e serviços sociais	968	1,258	1,336	1,228	1,369	1,475	1,641	1,265	504	984
Artes, cultura, esporte e recreação	239	301	308	275	309	260	288	213	50	143
Outras atividades de serviços	297	401	488	418	519	359	418	306	88	334
Serviços domésticos	4	1	1	0	0	0	2	1	0	1
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não identificado	29	50	53	61	835	48	85	58	1	18
Total	14,144	19,367	19,941	19,897	22,425	17,662	19,578	16,569	5,707	11,538

Fonte: Junta Comercial do Estado de São Paulo (Juceesp).¹

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Nota: ¹Dados obtidos e organizados por Castro e Rocha (2020).

TABELA A.3
Quantidade de desligamentos

Seção CNAE 2.0	2019					2020				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	73,170	81,780	84,332	71,434	79,921	60,339	71,179	79,292	59,539	53,069
Indústrias extrativas	3,245	3,161	2,957	3,232	3,401	3,361	3,319	3,910	3,388	3,050
Indústrias de transformação	186,450	209,068	205,292	198,577	204,130	180,722	208,230	257,495	289,255	188,785
Eleticidade e gás	1,480	1,971	1,247	1,464	1,456	1,491	1,217	1,096	607	680
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	5,528	5,571	6,409	5,535	6,234	6,551	7,193	7,085	6,813	6,280
Construção	112,135	110,744	116,907	107,685	121,589	118,456	119,073	146,890	130,151	103,809
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	371,805	333,011	339,248	325,564	337,759	377,051	337,263	402,082	360,421	230,766
Transporte, armazenagem e correio	64,220	64,479	61,578	64,810	72,743	71,154	69,950	82,644	89,236	62,277
Alojamento e alimentação	92,957	88,330	97,234	85,749	90,095	95,478	90,536	160,478	147,848	67,961
Informação e comunicação	25,480	25,985	25,384	26,248	28,342	27,512	26,509	30,922	25,486	18,120
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	12,222	13,089	13,454	13,507	13,804	13,239	13,118	14,018	10,954	9,076
Atividades imobiliárias	4,855	4,771	4,876	4,771	5,218	4,800	4,717	5,359	5,311	3,835
Atividades profissionais, científicas e técnicas	37,217	38,903	40,927	39,705	41,971	41,330	40,297	49,231	40,940	31,244
Atividades administrativas e serviços complementares	168,625	160,381	171,521	171,703	176,434	217,894	205,120	268,693	217,499	156,608
Administração pública, defesa e seguridade social	5,292	4,220	3,977	4,060	3,849	4,881	4,897	4,555	2,693	2,748
Educação	40,604	45,724	37,776	34,214	34,463	44,085	44,958	40,402	31,899	24,910
Saúde humana e serviços sociais	47,968	52,143	51,055	50,287	54,462	52,427	51,912	57,444	55,901	45,968
Artes, cultura, esporte e recreação	8,417	8,160	9,428	8,652	8,612	8,474	8,385	12,878	15,318	6,247
Outras atividades de serviços	28,934	28,436	30,549	27,598	30,456	27,485	31,307	32,940	28,177	20,330
Serviços domésticos	212	174	184	192	183	80	72	68	58	42
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	54	44	38	40	42	31	19	29	32	11
Total	1,290,870	1,280,145	1,304,373	1,245,027	1,315,164	1,356,841	1,339,271	1,657,511	1,521,526	1,035,816

Fonte: Caged – Secretaria do Trabalho.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: O setor "Não identificado" não foi incluído na análise.

TABELA A.4
Quantidade de pedidos de seguro-desemprego (2019 e 2020)

Seção CNAE 2.0	2019					2020				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	37,130	32,482	34,256	33,907	31,066	34,148	30,251	33,925	27,374	32,727
Indústrias extrativas	1,891	1,745	1,625	1,746	1,799	1,756	1,497	1,732	1,953	2,366
Indústrias de transformação	92,911	85,458	92,718	103,353	103,758	84,147	72,493	86,174	143,585	189,820
Eleticidade e gás	357	595	446	390	477	492	567	524	420	351
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,186	2,626	2,890	3,009	3,120	2,430	2,500	2,714	2,936	4,403
Construção	65,018	53,327	54,208	58,523	60,247	60,341	44,402	45,815	53,841	78,773
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	159,295	162,910	161,465	177,284	182,820	153,167	142,383	156,837	207,176	248,084
Transporte, armazenagem e correio	35,290	30,600	30,001	33,437	36,541	33,927	27,385	28,999	41,319	59,318
Alojamento e alimentação	38,167	37,771	38,428	42,939	44,376	38,762	32,992	37,468	85,539	111,165
Informação e comunicação	7,604	7,771	8,023	8,768	9,215	9,210	8,153	9,707	13,319	14,573
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,800	5,005	4,962	5,994	5,869	5,470	4,643	5,588	5,721	6,604
Atividades imobiliárias	2,504	2,402	2,310	2,654	2,795	2,406	2,192	2,402	2,897	4,104
Atividades profissionais, científicas e técnicas	16,674	15,974	16,270	18,273	18,644	17,152	14,564	16,907	21,744	26,099
Atividades administrativas e serviços complementares	57,987	58,425	58,516	69,045	72,226	62,964	54,154	60,232	78,804	103,307
Administração pública, defesa e seguridade social	283	327	350	340	329	363	228	225	227	228
Educação	24,414	17,100	14,739	14,951	14,383	27,066	15,864	14,778	17,027	21,173
Saúde humana e serviços sociais	17,749	16,578	16,763	18,031	19,354	17,552	15,211	17,006	20,490	27,405
Artes, cultura, esporte e recreação	3,300	3,284	3,399	3,876	3,930	3,316	2,967	3,401	7,147	9,795
Outras atividades de serviços	15,081	12,924	12,289	13,723	14,173	13,827	10,607	12,321	16,935	19,801
Serviços domésticos	70	68	67	61	78	63	43	45	48	82
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	14	8	16	19	16	23	16	13	10	44
Não identificado	2,686	3,189	2,485	2,586	2,563	27	33	31	28	36
Total	586,411	550,569	556,226	612,909	627,779	568,609	483,145	536,844	748,540	960,258

Fonte: Secretaria do Trabalho.
Elaboração: Disoc/Ipea.

TABELA A.5
Saldo das movimentações: quantidade de admitidos menos quantidade de desligados

Seção CNAE 2.0	2019					2020				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	7,824	-3,324	-10,125	13,678	37,335	16,511	5,391	-6,882	-5,583	15,993
Indústrias extrativas	186	945	316	472	693	85	1,362	-124	-1,326	-487
Indústrias de transformação	36,420	28,516	-3,535	19,504	-7,377	58,232	38,540	-37,227	-199,107	-94,236
Eletricidade e gás	-278	-692	-90	0	-111	-323	284	196	15	20
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	506	1,805	-507	834	-237	612	1,864	507	-3,088	-2,209
Construção	15,318	11,996	-7,654	15,279	8,475	34,499	26,180	-16,520	-70,048	-18,758
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	-65,310	7,905	-28,685	13,648	-11,226	-50,690	12,754	-77,163	-242,746	-88,739
Transporte, armazenagem e correio	-2,195	10,512	6,710	8,186	-4,596	-1,547	9,670	-5,689	-52,897	-26,629
Alojamento e alimentação	-1,494	10,574	-14,149	2,555	-2,213	4,665	14,759	-85,995	-135,384	-54,313
Informação e comunicação	3,341	2,452	2,149	5,158	1,263	5,120	3,982	-692	-13,293	-4,511
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	2,211	2,540	-156	2,611	1,553	1,739	1,939	1,788	-5,590	-3,278
Atividades imobiliárias	495	763	175	819	733	1,162	1,174	144	-3,621	-1,529
Atividades profissionais, científicas e técnicas	8,332	4,921	59	4,523	825	10,313	8,175	-1,216	-22,466	-10,172
Atividades administrativas e serviços complementares	8,991	16,271	-4,354	8,244	-2,844	13,151	17,139	-37,997	-90,010	-18,197
Administração pública, defesa e seguridade social	-649	11,401	1,599	1,224	993	-632	11,370	3,404	-151	486
Educação	4,837	48,636	11,889	9,521	3,637	9,649	53,099	11,509	-23,030	-17,848
Saúde humana e serviços sociais	15,388	9,480	5,788	20,907	6,222	5,690	10,517	8,339	-2,030	6,553
Artes, cultura, esporte e recreação	1,642	1,189	-1,058	66	-84	2,369	1,950	-5,557	-14,399	-5,442
Outras atividades de serviços	-1,268	7,185	-1,613	2,369	-883	4,606	7,204	-3,476	-18,006	-8,586
Serviços domésticos	-8	57	33	-11	-23	3	9	-12	-38	-14
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	24	7	12	14	5	4	10	-1	-24	1
Total	34,313	173,139	-43,196	129,601	32,140	115,218	227,372	-252,664	-902,822	-331,895

Fonte: Caged – Secretaria do Trabalho.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: O setor "Não identificado" não foi incluído na análise.

TABELA A.6
População ocupada e PNAD Contínua (2019 e 2020)
 (Em milhares)

Setor	2019					2020				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8,438	7,991	8,837	8,369	8,513	8,132	8,285	8,381	7,832	7,766
Indústria geral	11,259	12,390	11,352	11,595	12,630	11,829	12,981	10,722	10,605	11,475
Construção	6,355	6,561	6,638	6,499	6,558	6,478	6,612	6,050	5,026	5,547
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19,356	15,681	17,589	19,209	15,759	19,305	15,687	17,151	17,274	13,185
Transporte, armazenagem e correio	4,848	4,616	4,906	5,010	4,727	5,064	4,970	4,576	4,623	4,451
Alojamento e alimentação	5,549	5,489	5,234	5,597	5,456	5,666	5,600	4,799	4,400	3,920
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	10,695	10,851	9,855	10,818	10,908	10,902	11,049	9,924	10,164	10,632
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	12,596	16,156	19,191	13,274	16,558	13,082	16,033	20,460	13,520	16,822
Outros serviços	4,700	4,966	4,848	4,802	5,278	5,135	5,107	4,578	4,550	4,093
Serviços Domésticos	6,289	6,028	6,132	6,418	6,148	6,319	6,121	5,607	4,966	4,648

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.¹

Elaboração: Marcos Hercksher (2020).

Nota: ¹ Estimativas mensais não oficiais baseadas na PNAD Contínua/IBGE.

REFERÊNCIA

CASTRO, A. S.; ROCHA, B. F. Demografia de empresas e pandemia em São Paulo: evidências preliminares. **Carta Conjuntura**, n. 47, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2WkKxyu>>.

ANEXO A

RENDIMENTOS

A tabela A.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do indicador Ipea de inflação por faixa de renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009 (período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008/2009). As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e, com isso, se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A tabela A.1 apresenta também as faixas de renda a preços de fevereiro de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

TABELA A.1

Faixas de renda mensal domiciliar (jan./2009 e maio/2020)
(Em R\$)

Faixa de renda	Renda domiciliar	
	Janeiro 2009	Maio 2020
1 – Renda muito baixa	Menor que 900	Menor que 1.650,50
2 – Renda baixa	Entre 900 e 1.350	Entre 1.650,50 e 2.471,09
3 – Renda média-baixa	Entre 1.350 e 2.250	Entre 2.471,09 e 4.127,41
4 – Renda média	Entre 2.250 e 4.500	Entre 4.127,41 e 8.254,83
5 – Renda média-alta	Entre 4.500 e 9.000	Entre 8.254,83 e 16.509,66
6 – Renda alta	Maior que 9.000	Maior que 16.509,66

Fonte: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea, a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

A tabela A.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho, com queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa, com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

TABELA A.2

Proporção de domicílios por faixas de renda – do trabalho (2018, 2019 e 2020)
(Em %)

Faixa de renda	Trimestre			
	1º/2018	1º/2019	4º/2019	1º/2020
0 – Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 – Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 – Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 – Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 – Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 – Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 – Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.